

**Ricardo Antonio Andreucci**

Manual de  
**DIREITO  
PENAL**

14ª edição  
revista e atualizada  
2020

saraiva  *jur*



**saraiva**  
EDUCAÇÃO

**saraiva**

Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B  
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

**SAC** | [sac.sets@somoseducacao.com.br](mailto:sac.sets@somoseducacao.com.br)

**Direção executiva** Flávia Alves Bravin  
**Direção editorial** Renata Pascual Müller  
**Gerência editorial** Roberto Navarro  
**Gerência de produção e planejamento** Ana Paula Santos Matos  
**Gerência de projetos e serviços editoriais** Fernando Penteadó

**Consultoria acadêmica** Murilo Angeli Dias dos Santos

**Planejamento** Clarissa Boraschi Maria (coord.)

**Novos projetos** Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite

**Edição** Eveline Gonçalves Denardi (coord.)  
Aline Darcy Fiór de Souza

**Produção editorial** Fernanda Matajs (coord.)  
Luciana Cordeiro Shirakawa

**Arte e digital** Mônica Landi (coord.)  
Amanda Mota Loyola  
Camilla Felix Cianelli Chaves  
Claudirene de Moura Santos Silva  
Deborah Mattos  
Guilherme H. M. Salvador  
Tiago Dela Rosa

**Projetos e serviços editoriais** Breno Lopes de Souza  
Josiane de Araujo Rodrigues  
Kelli Priscila Pinto  
Laura Paraiso Buldrini Filogônio  
Marília Cordeiro  
Mônica Gonçalves Dias

**Diagramação** Designios Editoriais  
Adriana Aguiar

**Revisão** Caio Cobucci Leite  
Silvana Cobucci  
Luciana Cordeiro Shirakawa

**Capa** IDÉE arte e comunicação  
**Produção gráfica** Marli Rampim

**Impressão e acabamento** Sergio Luiz Pereira Lopes  
Edições Loyola

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Andreucci, Ricardo Antonio ;  
Manual de direito penal / Ricardo Antonio Andreucci. – 14.  
ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.  
776 p.

**Bibliografia**  
ISBN 978-85-536-1473-8 (Impresso)

1. Direito penal I. Título.

20-0156 CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito penal 343.1

**Data de fechamento da edição: 20-1-2020**

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606182 CAE 705996

# ÍNDICE

<i>PREFÁCIO</i> .....	35
<i>NOTA DO AUTOR</i> .....	37

## PARTE GERAL

<b>I — INTRODUÇÃO</b> .....	41
1 CONCEITO DE DIREITO PENAL .....	41
2 CARACTERES DO DIREITO PENAL .....	41
3 CLASSIFICAÇÃO DO DIREITO PENAL .....	42
3.1 Direito Penal objetivo e Direito Penal subjetivo .....	43
3.2 Direito Penal comum e Direito Penal especial .....	43
3.3 Direito Penal adjetivo e Direito Penal substantivo .....	43
4 CIÊNCIAS PENAIS E AUXILIARES DO DIREITO PENAL .....	43
5 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL .....	44
5.1 Princípio da legalidade .....	44
5.2 Princípio da aplicação da lei mais favorável .....	45
5.3 Princípio da taxatividade .....	45
5.4 Princípio da ofensividade (princípio do fato ou princípio da exclusiva proteção do bem jurídico) .....	45
5.5 Princípio da alteridade (princípio da transcendentalidade) .....	46
5.6 Princípio da adequação social .....	46
5.7 Princípio da intervenção mínima (Direito Penal mínimo) e princípio da fragmentariedade .....	47
5.8 Princípio da insignificância (bagatela) .....	47
5.9 Princípio do Direito Penal máximo .....	48
5.10 Princípio da proporcionalidade da pena .....	49
5.11 Princípio da individualização da pena .....	49
5.12 Princípio da humanidade .....	49
5.13 Princípio da razoabilidade .....	50
<b>II — FONTES DO DIREITO PENAL</b> .....	51
1 FONTES MATERIAIS .....	51
2 FONTES FORMAIS .....	51

2.1	Fonte formal imediata .....	51
2.1.1	Lei e norma penal .....	51
2.1.2	Norma penal em branco .....	52
2.1.3	Integração da norma penal .....	53
2.1.4	Norma penal incompleta .....	53
2.2	Fontes formais mediatas .....	53
2.2.1	Costume .....	54
2.2.2	Princípios gerais de direito .....	54
2.2.3	Analogia não é fonte do Direito Penal .....	54
<b>III — INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL .....</b>		<b>57</b>
1	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO SUJEITO .....	57
1.1	Interpretação autêntica .....	57
1.2	Interpretação doutrinária .....	57
1.3	Interpretação jurisprudencial .....	58
2	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO MODO .....	58
2.1	Interpretação gramatical .....	58
2.2	Interpretação lógica .....	58
3	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO RESULTADO .....	58
3.1	Interpretação declarativa .....	58
3.2	Interpretação restritiva .....	58
3.3	Interpretação extensiva .....	58
<b>IV — APLICAÇÃO DA LEI PENAL .....</b>		<b>61</b>
1	PRINCÍPIO DA LEGALIDADE .....	61
1.1	Legalidade formal e legalidade material .....	62
2	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO .....	63
2.1	Vigência e revogação da lei penal .....	63
2.2	Conflito de leis penais no tempo .....	63
2.3	Hipóteses de conflitos de leis penais no tempo .....	64
2.4	Ultra-atividade .....	64
2.5	Lei intermediária .....	65
2.6	Conjugação de leis .....	65
2.7	Eficácia das leis penais temporárias e excepcionais .....	66
2.8	Tempo do crime .....	66
3	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO .....	67
3.1	Princípios relativos à lei penal no espaço .....	67
3.2	Princípios adotados pelo Brasil .....	68

3.3	Território .....	68
3.3.1	Território brasileiro por equiparação .....	69
3.3.2	Passagem inocente .....	69
3.3.3	Zona Econômica Exclusiva — ZEE .....	70
3.4	Lugar do crime .....	70
3.5	Teoria adotada pelo Brasil .....	71
3.6	Extraterritorialidade .....	71
3.6.1	Extradição, deportação e expulsão .....	72
3.7	Pena cumprida no estrangeiro .....	73
4	EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO A DETERMINADAS PESSOAS .....	73
4.1	Imunidades diplomáticas .....	73
4.2	Imunidades parlamentares .....	74
5	OUTRAS DISPOSIÇÕES .....	76
5.1	Eficácia de sentença estrangeira .....	76
5.2	Contagem de prazos .....	76
5.3	Frações não computáveis da pena .....	76
5.4	Legislação especial .....	77
<b>V</b>	<b>— TEORIA DO CRIME .....</b>	<b>79</b>
1	CONCEITO DE CRIME .....	79
1.1	Sistema Causal-Naturalista .....	79
1.2	Sistema Neoclássico .....	80
1.3	Sistema Finalista .....	80
1.3.1	Teoria Finalista Tripartida e Teoria Finalista Bipartida .....	81
1.4	Sistema Social .....	82
1.5	Sistema Funcionalista .....	82
1.6	Estrutura do crime .....	83
1.6.1	Sujeito ativo .....	83
1.6.2	Sujeito passivo .....	83
1.6.3	Capacidade penal .....	83
1.6.4	Objeto do crime .....	84
1.6.5	Punibilidade .....	84
1.6.6	Crime e contravenção penal .....	85
1.6.7	Classificação dos crimes .....	85
2	FATO TÍPICO .....	92
2.1	Teoria do Tipo .....	92
2.1.1	Fases da Teoria do Tipo .....	93
2.1.2	Conceito de tipo .....	93
2.1.3	Características do tipo .....	93

2.1.4	Adequação típica .....	94
2.1.5	Elementos do tipo .....	94
2.1.6	Teoria dos elementos negativos do tipo .....	95
2.1.7	Classificação do tipo .....	95
2.1.8	Tipicidade conglobante .....	96
2.1.9	Conflito aparente de normas .....	96
2.2	Conduta .....	98
2.2.1	Formas de conduta .....	98
2.2.2	Crimes omissivos próprios .....	99
2.2.3	Crimes omissivos impróprios .....	99
2.2.4	Crimes omissivos por comissão .....	99
2.2.5	Caso fortuito e força maior .....	99
2.3	Nexo de causalidade .....	100
2.3.1	Teoria da equivalência dos antecedentes .....	101
2.3.2	Superveniência causal .....	101
2.4	Resultado .....	103
2.4.1	Crime qualificado pelo resultado .....	103
2.5	Crime consumado e crime tentado .....	104
2.5.1	Consumação .....	104
2.5.2	Tentativa .....	105
2.5.3	“Iter criminis” .....	106
2.5.4	Cogitação .....	106
2.5.5	Atos preparatórios e atos de execução .....	106
2.5.6	Elementos da tentativa .....	107
2.5.7	Espécies de tentativa .....	107
2.5.8	Pena da tentativa .....	108
2.5.9	Crimes que não admitem tentativa .....	108
2.5.10	Tentativa e contravenção penal .....	109
2.6	Desistência voluntária e arrependimento eficaz .....	109
2.7	Arrependimento posterior .....	110
2.7.1	Natureza jurídica da desistência voluntária e do arrependimento eficaz .....	111
2.8	Crime impossível .....	111
2.9	Crime doloso .....	112
2.9.1	Conceito de dolo .....	112
2.9.2	Teorias sobre o dolo .....	112
2.9.3	Teorias adotadas pelo Brasil .....	113
2.9.4	Espécies de dolo .....	113
2.10	Crime culposo .....	114
2.10.1	Cuidado objetivo .....	115
2.10.2	Previsibilidade .....	115
2.10.3	Elementos do fato típico culposo .....	115
2.10.4	Imprudência, negligência e imperícia .....	115

2.10.5	Espécies de culpa .....	116
2.10.6	Excepcionalidade do crime culposo .....	116
2.10.7	Outras questões referentes à culpa .....	117
2.11	Crime preterdoloso .....	117
3	ERRO DE TIPO .....	117
3.1	Conceito de erro de tipo .....	117
3.2	Espécies de erro de tipo .....	118
3.2.1	Erro de tipo essencial .....	118
3.2.2	Erro de tipo acidental .....	119
3.2.2.1	Espécies .....	119
3.2.3	Erro sobre o objeto — “error in objeto” .....	119
3.2.4	Erro sobre a pessoa — “error in persona” .....	119
3.2.5	Erro na execução — “aberratio ictus” .....	120
3.2.5.1	Desígnios autônomos .....	121
3.2.6	Resultado diverso do pretendido — “aberratio criminis (delicti)” ..	121
3.2.7	Erro determinado por terceiro .....	122
3.2.8	Descriminantes putativas .....	123
4	ANTI JURIDICIDADE .....	123
4.1	Conceito .....	123
4.2	Causas de exclusão da antijuridicidade .....	124
4.3	Estado de necessidade .....	124
4.3.1	Conceito .....	125
4.3.2	Natureza jurídica .....	125
4.3.3	Requisitos .....	125
4.3.4	Causa de diminuição da pena .....	126
4.3.5	Formas de estado de necessidade .....	126
4.3.6	Estado de necessidade justificante e estado de necessidade exculpante .	126
4.4	Legítima defesa .....	127
4.4.1	Conceito .....	127
4.4.2	Natureza jurídica .....	128
4.4.3	Requisitos .....	128
4.4.4	Formas de legítima defesa .....	128
4.4.5	Legítima defesa subjetiva .....	129
4.4.6	Legítima defesa sucessiva .....	129
4.4.7	Legítima defesa recíproca .....	129
4.4.8	Legítima defesa funcional .....	129
4.4.9	Provocação e legítima defesa .....	130
4.4.10	“Commodus discessus” .....	130
4.4.11	Ofendículas .....	131
4.4.12	Questões interessantes sobre legítima defesa .....	131
4.5	Estrito cumprimento do dever legal .....	132

4.6	Exercício regular de direito .....	133
4.7	O consentimento do ofendido .....	133
4.8	Risco permitido .....	133
4.9	Violência desportiva .....	133
4.10	Excesso punível .....	134
5	CULPABILIDADE .....	134
5.1	Conceito .....	135
5.2	Elementos da culpabilidade .....	136
5.3	Imputabilidade .....	136
5.3.1	“Actio libera in causa” .....	136
5.3.2	Causas excludentes da imputabilidade .....	137
5.3.3	Semi-imputabilidade .....	140
5.4	Potencial consciência da ilicitude .....	140
5.4.1	Inescusabilidade do desconhecimento da lei .....	140
5.4.2	Erro de proibição .....	141
5.5	Exigibilidade de conduta conforme o Direito .....	142
5.5.1	Coação moral irresistível .....	142
5.5.2	Obediência hierárquica .....	143
6	CONCURSO DE PESSOAS .....	143
6.1	Concurso necessário e eventual .....	144
6.2	Formas de concurso de agentes .....	145
6.3	Requisitos do concurso de agentes .....	145
6.4	Autoria .....	145
6.5	Participação .....	146
6.6	Formas de participação .....	147
6.7	Autoria mediata .....	147
6.8	Autoria colateral e autoria incerta .....	148
6.9	Conivência e participação por omissão .....	148
6.10	Outras modalidades de coautoria e participação .....	148
6.11	Concurso em crime culposos .....	149
6.12	Punibilidade no concurso de pessoas .....	149
6.13	Circunstâncias incommunicáveis .....	149
6.14	Casos de impunibilidade .....	150
VI	— SANÇÃO PENAL .....	151
I	INTRODUÇÃO .....	151
2	ESPÉCIES DE SANÇÃO PENAL .....	151
3	PENA .....	151
3.1	Conceito de pena .....	151
3.2	Finalidades da pena .....	152



3.3	Características da pena .....	153
3.4	Espécies de pena .....	153
3.5	Regimes prisionais .....	153
4	PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE .....	154
4.1	Espécies de penas privativas de liberdade .....	154
4.2	Fixação do regime inicial de cumprimento de pena .....	154
4.3	Forma progressiva de execução da pena .....	155
4.3.I	Ausência de laudo psiquiátrico em exame criminológico .....	158
4.4	Progressão especial .....	161
4.5	Regras do regime fechado .....	161
4.6	Regras do regime semiaberto .....	162
4.7	Regras do regime aberto .....	162
4.8	Casa do albergado .....	162
4.9	Prisão-albergue domiciliar .....	162
4.10	Regime especial .....	163
4.11	Regime disciplinar diferenciado — RDD .....	164
4.12	Direitos e trabalho do preso .....	166
4.13	Remição .....	167
4.13.I	Remição pelo estudo .....	167
4.13.2	Remição pela leitura .....	168
4.14	Superveniência de doença mental .....	169
4.15	Detração penal .....	170
4.15.I	Detração em pena restritiva de direitos .....	170
4.15.2	Detração em pena de multa .....	170
5	PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS .....	171
5.1	Espécies de penas restritivas de direitos .....	171
5.2	Natureza jurídica .....	171
5.3	Características .....	171
5.4	Duração das penas restritivas de direitos .....	172
5.5	Impossibilidade de cumulação .....	172
5.6	Conversão .....	172
5.7	Prestação pecuniária .....	172
5.8	Perda de bens e valores .....	173
5.9	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas .....	173
5.10	Interdição temporária de direitos .....	174
5.11	Limitação de fim de semana .....	174
6	PENA DE MULTA .....	174
6.1	Conceito .....	175
6.2	Cominação e aplicação .....	175
6.3	Pagamento da multa .....	175
7	APLICAÇÃO DA PENA .....	176
7.1	Circunstâncias do crime .....	177

7.2	Circunstâncias judiciais .....	177
7.3	Circunstâncias legais .....	178
7.4	Circunstâncias agravantes .....	179
7.4.1	Aplicação obrigatória .....	179
7.4.2	RoI taxativo .....	179
7.4.3	Análise das circunstâncias agravantes .....	179
7.5	Reincidência .....	181
7.5.1	Conceito .....	181
7.5.2	Formas .....	181
7.5.3	Pressuposto da reincidência .....	181
7.5.4	Réu primário e réu reincidente .....	182
7.5.5	Efeitos da reincidência .....	182
7.5.6	Crimes que não geram reincidência .....	183
7.5.7	Eficácia temporal da condenação anterior .....	183
7.6	Circunstâncias agravantes no concurso de pessoas .....	183
7.7	Circunstâncias atenuantes .....	184
7.7.1	Aplicação obrigatória .....	184
7.7.2	Análise das circunstâncias atenuantes .....	184
7.7.3	Circunstâncias inominadas .....	186
8	FIXAÇÃO DA PENA .....	186
8.1	Momento judicial de fixação da pena .....	186
8.2	Juízo de culpabilidade .....	186
8.3	Cálculo da pena .....	186
8.4	Concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes .....	188
9	CONCURSO DE CRIMES .....	188
9.1	Noções gerais .....	188
9.2	Sistemas de aplicação da pena .....	188
9.3	Espécies de concurso .....	189
9.4	Concurso material .....	189
9.4.1	Conceito .....	189
9.4.2	Espécies .....	189
9.4.3	Aplicação da pena .....	190
9.5	Concurso formal .....	190
9.5.1	Conceito .....	190
9.5.2	Espécies .....	190
9.5.3	Aplicação da pena .....	192
9.5.4	Cúmulo material benéfico .....	192
9.6	Crime continuado .....	193
9.6.1	Conceito .....	193
9.6.2	Natureza jurídica .....	194
9.6.3	Crimes da mesma espécie .....	194

9.6.4	Requisitos .....	194
9.6.5	Condições objetivas semelhantes .....	197
9.6.6	Espécies de crime continuado .....	198
9.6.7	Aplicação da pena .....	198
9.6.8	Diferença entre crime continuado e outras figuras jurídicas semelhantes .....	199
9.7	Aplicação da pena de multa .....	199
10	LIMITE DAS PENAS .....	199
II	SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA .....	200
II.1	Conceito .....	200
II.2	Sistemas .....	201
II.3	Formas .....	201
II.4	Requisitos .....	201
II.5	Período de prova .....	202
II.6	Condições .....	202
II.7	Revogação do “sursis” .....	203
II.7.1	Cassação do “sursis” .....	203
II.7.2	Restabelecimento do “sursis” .....	203
II.8	Prorrogação do “sursis” .....	203
II.9	Questões interessantes .....	204
12	LIVRAMENTO CONDICIONAL .....	205
12.1	Conceito .....	206
12.2	Requisitos .....	206
12.3	Concessão .....	207
12.4	Condições .....	208
12.5	Revogação .....	208
12.6	Restauração do livramento .....	209
12.7	Prorrogação do livramento .....	209
12.8	Extinção do livramento .....	209
13	MEDIDA DE SEGURANÇA .....	209
13.1	Conceito .....	210
13.2	Pressupostos de aplicação das medidas de segurança .....	210
13.3	Espécies de medida de segurança .....	210
13.4	Aplicação da medida de segurança .....	211
13.5	Medida de segurança substitutiva .....	213
13.6	Sistema vicariante .....	213
14	EFEITOS DA CONDENAÇÃO .....	216
14.1	Conceito de condenação .....	216
14.2	Efeitos secundários de natureza penal .....	216
14.3	Efeitos secundários de natureza extrapenal .....	217
14.3.1	Efeitos civis .....	217

14.3.2	Efeitos administrativos .....	220
14.3.3	Efeito político .....	221
14.3.4	Efeitos trabalhistas .....	221
15	REABILITAÇÃO .....	222
15.1	Conceito .....	222
15.2	Prazo para requerimento .....	222
15.3	Condições da reabilitação .....	222
15.4	Procedimento da reabilitação .....	223
15.5	Efeitos da reabilitação .....	224
15.6	Revogação da reabilitação .....	226
<b>VII</b>	<b>— AÇÃO PENAL</b> .....	<b>227</b>
1	CONCEITO .....	227
2	CLASSIFICAÇÃO .....	227
3	AÇÃO PENAL PÚBLICA .....	228
3.1	Noções gerais .....	228
3.2	Espécies .....	228
3.2.1	Ação penal pública incondicionada .....	228
3.2.2	Ação penal pública condicionada .....	228
3.3	Ação penal nos crimes complexos .....	229
4	AÇÃO PENAL PRIVADA .....	229
4.1	Noções gerais .....	229
4.2	Espécies .....	230
4.2.1	Ação penal privada exclusiva .....	230
4.2.1.1	Ação penal privada personalíssima .....	230
4.2.2	Ação penal privada subsidiária .....	231
5	FORMA DE IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO PENAL .....	231
<b>VIII</b>	<b>— EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE</b> .....	<b>233</b>
1	CONCEITO DE PUNIBILIDADE .....	233
2	CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE .....	233
3	EFEITOS DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE .....	233
4	ROL EXEMPLIFICATIVO .....	234
5	CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE EM ESPÉCIE .....	234
5.1	Morte do agente .....	234
5.2	Anistia .....	235

5.3	Graça e indulto .....	236
5.4	“Abolitio criminis” .....	237
5.5	Renúncia do direito de queixa .....	237
5.6	Perdão aceito .....	238
5.7	Retratação do agente .....	239
5.8	Decadência .....	239
5.9	Perempção .....	240
5.10	Perdão judicial .....	240
6	PRESCRIÇÃO .....	241
6.1	Conceito de prescrição .....	241
6.2	Espécies de prescrição .....	241
6.3	Prescrição da pretensão punitiva .....	241
6.4	Início e interrupção do prazo da prescrição da pretensão punitiva .....	242
6.5	Prescrição da pretensão executória .....	243
6.6	Início e interrupção do prazo da prescrição da pretensão executória .....	243
6.7	Prescrição intercorrente .....	244
6.8	Prescrição retroativa .....	245
6.9	Prescrição antecipada .....	246
6.10	Redução dos prazos prescricionais .....	246
6.11	Prescrição das penas restritivas de direitos .....	246
6.12	Prescrição da pena de multa .....	247

## PARTE ESPECIAL

I	— INTRODUÇÃO .....	251
II	— DOS CRIMES CONTRA A PESSOA .....	253
I	DOS CRIMES CONTRA A VIDA .....	253
I.1	Homicídio .....	253
I.1.1	Homicídio privilegiado .....	256
I.1.2	Homicídio qualificado .....	257
I.1.3	Homicídio culposo .....	259
I.1.4	Homicídio culposo circunstanciado .....	259
I.1.5	Perdão judicial .....	260
I.1.6	Milícia privada .....	260
I.1.7	Ação penal .....	261
I.2	Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação .....	261
I.2.1	Crime qualificado pelo resultado .....	264
I.2.2	Causas de aumento de pena .....	264
I.2.3	Resultado morte ou lesão grave ou gravíssima e idade da vítima .....	264
I.2.4	Questões interessantes sobre a participação em suicídio .....	264
I.3	Infanticídio .....	265

1.3.1	Questões interessantes sobre o infanticídio .....	267
I.4	Aborto .....	268
1.4.1	Questões interessantes sobre o aborto .....	271
1.4.2	Autoaborto .....	271
1.4.3	Aborto consentido .....	272
1.4.4	Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante ...	272
1.4.5	Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante ...	272
1.4.6	Aborto qualificado pelo resultado .....	273
1.4.7	Aborto legal .....	273
2	DAS LESÕES CORPORAIS .....	274
2.1	Lesão corporal .....	274
2.1.1	Violência doméstica .....	277
2.1.2	Lesão corporal funcional .....	278
3	DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE .....	278
3.1	Generalidades .....	278
3.2	Perigo de contágio venéreo .....	278
3.3	Perigo de contágio de moléstia grave .....	279
3.4	Perigo para a vida ou saúde de outrem .....	280
3.4.1	Aumento de pena .....	281
3.5	Abandono de incapaz .....	281
3.5.1	Figuras qualificadas pelo resultado .....	282
3.5.2	Causas de aumento de pena .....	282
3.6	Exposição ou abandono de recém-nascido .....	282
3.6.1	Figuras qualificadas pelo resultado .....	283
3.7	Omissão de socorro .....	283
3.7.1	Figuras qualificadas pelo resultado .....	284
3.7.2	Omissão de socorro no Estatuto do Idoso .....	284
3.8	Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial .....	285
3.8.1	Figuras qualificadas pelo resultado .....	287
3.9	Maus-tratos .....	287
3.9.1	Figuras qualificadas pelo resultado .....	288
3.9.2	Causa de aumento de pena .....	289
3.9.3	Maus-tratos no Estatuto do Idoso .....	289
4	DA RIXA .....	289
4.1	Rixa .....	289
4.1.1	Rixa qualificada .....	290
5	DOS CRIMES CONTRA A HONRA .....	290
5.1	Generalidades .....	290
5.2	Calúnia .....	290
5.2.1	Divulgação ou propalação .....	292
5.2.2	Calúnia contra os mortos .....	292

5.2.3	Exceção da verdade .....	292
5.3	Difamação .....	293
5.3.1	Exceção da verdade .....	294
5.4	Injúria .....	294
5.4.1	Perdão judicial .....	295
5.4.2	Injúria real .....	296
5.4.3	Injúria por preconceito .....	296
5.4.4	Injúria etária .....	296
5.5	Causas de aumento de pena .....	296
5.6	Exclusão do crime .....	297
5.7	Retratação .....	299
5.8	Pedido de explicações .....	299
5.9	Ação penal .....	300
6	DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL .....	301
6.1	Dos crimes contra a liberdade pessoal .....	301
6.1.1	Constrangimento ilegal .....	301
6.1.1.1	Figuras típicas qualificadas .....	302
6.1.1.2	Concurso material .....	302
6.1.1.3	Causas especiais de exclusão do crime .....	302
6.1.2	Ameaça .....	302
6.1.3	Sequestro ou cárcere privado .....	303
6.1.3.1	Figuras típicas qualificadas .....	304
6.1.4	Redução a condição análoga à de escravo .....	305
6.1.4.1	Figuras equiparadas .....	306
6.1.4.2	Causas especiais de aumento de pena .....	306
6.2	Tráfico de pessoas .....	306
6.2.1	Causas especiais de aumento de pena .....	307
6.2.2	Causa especial de diminuição de pena .....	308
6.3	Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio .....	308
6.3.1	Violação de domicílio .....	308
6.3.1.1	Figuras típicas qualificadas .....	309
6.3.1.2	Causas de aumento de pena .....	310
6.3.1.3	Exclusão da antijuridicidade .....	310
6.3.1.4	Contornos da expressão “casa” .....	310
6.4	Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência .....	311
6.4.1	Violação de correspondência .....	311
6.4.1.1	Generalidades .....	311
6.4.1.2	Violação de correspondência .....	311
6.4.1.3	Sonegação ou destruição de correspondência .....	312
6.4.1.4	Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica .....	313
6.4.1.5	Impedimento de telecomunicação .....	313

6.4.1.6	Instalação ou utilização ilegais .....	313
6.4.1.7	Disposições comuns .....	314
6.4.1.8	Ação penal .....	314
6.4.2	Correspondência comercial .....	314
6.5	Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos .....	315
6.5.1	Divulgação de segredo .....	315
6.5.2	Violação de segredo profissional .....	316
6.5.3	Invasão de dispositivo informático .....	316
6.5.3.1	Figura equiparada .....	317
6.5.3.2	Causas de aumento de pena .....	317
6.5.3.3	Figura qualificada pelo resultado .....	318
 <b>III — DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO .....</b>		<b>319</b>
I	DO FURTO .....	319
I.1	Furto .....	319
I.1.1	Vigilância eletrônica, monitoramento do local e crime impossível ..	321
I.1.2	Furto e princípio da insignificância .....	322
I.1.3	Furto noturno .....	324
I.1.4	Furto privilegiado .....	325
I.1.5	Furto de energia .....	327
I.1.6	Furto qualificado .....	327
I.1.6.1	Rompimento de obstáculo .....	327
I.1.6.2	Abuso de confiança .....	329
I.1.6.3	Mediante fraude .....	329
I.1.6.4	Escalada .....	331
I.1.6.5	Destreza .....	331
I.1.6.6	Chave falsa .....	331
I.1.6.7	Concurso de duas ou mais pessoas .....	332
I.1.7	Furto com emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum .....	333
I.1.8	Furto de veículo automotor .....	333
I.1.9	Furto de semovente domesticável de produção .....	334
I.1.10	Subtração de substâncias explosivas ou de acessórios .....	335
I.2	Furto de coisa comum .....	335
2	DO ROUBO E DA EXTORSÃO .....	336
2.1	Roubo .....	336
2.1.1	Roubo impróprio .....	339
2.1.2	Roubo circunstanciado .....	339
2.1.2.1	Emprego de arma branca .....	340
2.1.2.2	Concurso de duas ou mais pessoas .....	340
2.1.2.3	Transporte de valores .....	341
2.1.2.4	Subtração de veículo automotor .....	341



2.1.2.5	Sequestro .....	341
2.1.2.6	Substâncias explosivas ou acessórios .....	342
2.1.2.7	Emprego de arma de fogo .....	342
2.1.2.8	Destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo .....	345
2.1.2.9	Emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido .....	345
2.1.3	Roubo e lesão corporal grave .....	345
2.1.4	Latrocínio .....	346
2.1.5	Crime hediondo .....	348
2.2	Extorsão .....	348
2.2.1	Extorsão circunstanciada .....	351
2.2.2	Extorsão e lesão grave ou morte .....	351
2.2.3	Sequestro relâmpago .....	351
2.3	Extorsão mediante sequestro .....	353
2.3.1	Formas qualificadas .....	354
2.3.2	Figuras qualificadas pelo resultado .....	354
2.3.3	Delação premiada .....	355
2.4	Extorsão indireta .....	355
3	DA USURPAÇÃO .....	356
3.1	Alteração de limites .....	356
3.1.1	Usurpação de águas .....	357
3.1.2	Esublho possessório .....	357
3.1.3	Concurso material .....	357
3.1.4	Ação penal .....	358
3.2	Supressão ou alteração de marca em animais .....	358
4	DO DANO .....	358
4.1	Dano .....	358
4.1.1	Dano qualificado .....	359
4.2	Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia .....	360
4.3	Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico .....	360
4.4	Alteração de local especialmente protegido .....	361
4.5	Ação penal .....	361
5	DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA .....	362
5.1	Apropriação indébita .....	362
5.1.1	Formas circunstanciadas .....	363
5.2	Apropriação indébita previdenciária .....	363
5.2.1	Figuras assemelhadas .....	366
5.2.2	Extinção da punibilidade .....	366
5.2.3	Perdão judicial .....	367
5.2.4	Pagamento integral e parcelamento do débito .....	367
5.2.5	Estado de necessidade .....	369
5.3	Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza ...	370

5.4	Apropriação de tesouro .....	371
5.5	Apropriação de coisa achada .....	371
5.6	Apropriação privilegiada .....	372
6	DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES .....	373
6.1	Estelionato .....	373
6.1.1	Estelionato privilegiado .....	375
6.1.2	Disposição de coisa alheia como própria .....	375
6.1.3	Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria .....	376
6.1.4	Defraudação de penhor .....	376
6.1.5	Fraude na entrega de coisa .....	376
6.1.6	Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro .....	376
6.1.7	Fraude no pagamento por meio de cheque .....	377
6.1.8	Estelionato circunstanciado .....	379
6.1.9	Estelionato contra idoso .....	379
6.2	Duplicata simulada .....	379
6.2.1	Falsificação ou adulteração do registro de duplicatas .....	380
6.3	Abuso de incapazes .....	380
6.4	Induzimento à especulação .....	381
6.5	Fraude no comércio .....	382
6.5.1	Fraude no comércio de metais ou pedras preciosas .....	383
6.5.2	Fraude no comércio privilegiada .....	383
6.6	Outras fraudes .....	383
6.7	Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações ....	384
6.8	Emissão irregular de conhecimento de depósito ou “warrant” .....	384
6.9	Fraude à execução .....	385
7	DA RECEPÇÃO .....	386
7.1	Recepção .....	386
7.1.1	Recepção simples dolosa própria .....	387
7.1.2	Recepção simples dolosa imprópria .....	387
7.1.3	Recepção no exercício de atividade comercial .....	387
7.1.4	Recepção culposa .....	388
7.1.5	Recepção privilegiada .....	388
7.1.6	Recepção qualificada pelo objeto material .....	388
7.1.7	Recepção e favorecimento real .....	389
7.1.8	Aspectos controvertidos sobre a recepção .....	389
7.2	Recepção de animal .....	391
8	DAS IMUNIDADES PENAIS .....	391
8.1	Generalidades .....	391
8.2	Imunidades penais absolutas .....	392
8.3	Imunidades penais relativas .....	392
8.4	Exceções às imunidades penais .....	393

<b>IV — DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL .....</b>	<b>395</b>
1 DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL .....	395
I.1 Violação de direito autoral .....	395
I.1.1 Reprodução de obra com violação de direito autoral .....	396
I.2 Usurpação de nome ou pseudônimo alheio .....	397
I.3 Ação penal .....	397
2 DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO .....	397
3 DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO ..	397
4 DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL .....	398
 <b>V — DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO .....</b>	 <b>399</b>
1. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL OU ESTADUAL .....	399
2 ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE TRABALHO .....	400
3 ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE CONTRATO DE TRABALHO E BOICOTAGEM VIOLENTA .....	400
4 ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO .....	401
5 PARALISAÇÃO DE TRABALHO, SEGUIDA DE VIOLÊNCIA OU PER- TURBAÇÃO DA ORDEM .....	402
6 PARALISAÇÃO DE TRABALHO DE INTERESSE COLETIVO .....	403
7 INVASÃO DE ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, COMERCIAL OU AGRÍCOLA. SABOTAGEM .....	404
8 FRUSTRAÇÃO DE DIREITO ASSEGURADO POR LEI TRABALHISTA ..	405
9 FRUSTRAÇÃO DE LEI SOBRE A NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO	406
10 EXERCÍCIO DE ATIVIDADE COM INFRAÇÃO DE DECISÃO ADMINIS- TRATIVA .....	406
11 ALICIAMENTO PARA O FIM DE EMIGRAÇÃO .....	407
12 ALICIAMENTO DE TRABALHADORES DE UM LOCAL PARA OUTRO DO TERRITÓRIO NACIONAL .....	408
 <b>VI — DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS .....</b>	 <b>409</b>
1 DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO .....	409
I.1 Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo .....	409
I.1.1 Forma circunstanciada .....	410

2	DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS .....	410
2.1	Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária .....	410
2.1.1	Forma circunstanciada .....	411
2.2	Violação de sepultura .....	411
2.3	Destruição, subtração ou ocultação de cadáver .....	412
2.4	Vilipêndio a cadáver .....	413
<b>VII — DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL .....</b>		<b>415</b>
1	DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL .....	415
1.1	Estupro .....	415
1.1.1	Tipo misto cumulativo ou tipo misto alternativo .....	417
1.1.2	Figuras qualificadas pelo resultado .....	419
1.1.3	Causas de aumento de pena .....	420
1.1.4	Estupro coletivo .....	420
1.1.5	Estupro corretivo .....	421
1.1.6	Segredo de justiça .....	422
1.2	Violação sexual mediante fraude .....	422
1.2.1	Causas de aumento de pena .....	423
1.2.2	Segredo de justiça .....	424
1.3	Importunação sexual .....	424
1.4	Assédio sexual .....	425
2	DA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE SEXUAL .....	426
2.1	Registro não autorizado da intimidade sexual. ....	426
2.1.2	Figuras assemelhadas .....	427
3	DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL .....	427
3.1	Definição de vulnerável .....	427
3.2	Estupro de vulnerável .....	428
3.2.1	Figuras qualificadas pelo resultado .....	429
3.2.2	Causas de aumento de pena .....	429
3.2.3	Segredo de justiça .....	430
3.3	Corrupção de menores .....	430
3.3.1	Causas de aumento de pena .....	430
3.3.2	Segredo de justiça .....	431
3.4	Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente .....	431
3.4.1	Causas de aumento de pena .....	432
3.4.2	Segredo de justiça .....	432
3.5	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável .....	432
3.5.1	Figuras equiparadas .....	433
3.5.2	Efeito obrigatório da condenação .....	434
3.5.3	Segredo de justiça .....	434

3.6	Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia .....	434
3.6.1	Causas de aumento de pena .....	435
3.6.2	Exclusão de ilicitude .....	436
4	DISPOSIÇÕES GERAIS .....	436
4.1	Ação penal .....	436
4.2	Aumento de pena .....	436
5	DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL .....	436
5.1	Generalidades .....	436
5.2	Mediação para servir à lascívia de outrem .....	437
5.2.1	Figuras típicas qualificadas .....	437
5.3	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual .....	438
5.3.1	Figuras típicas qualificadas .....	439
5.4	Casa de prostituição .....	439
5.5	Rufianismo .....	441
5.5.1	Figuras típicas qualificadas .....	442
5.6	Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual .....	442
5.7	Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual .....	442
5.8	Promoção de migração ilegal .....	442
5.8.1	Figura equiparada .....	443
5.8.2	Causas de aumento de pena .....	443
5.8.3	Cúmulo material .....	443
6	DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR .....	443
6.1	Disposições gerais .....	443
6.2	Ato obsceno .....	444
6.3	Escrito ou objeto obsceno .....	445
7	DISPOSIÇÕES GERAIS .....	447
<b>VIII — DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA .....</b>		<b>449</b>
I	DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO .....	449
I.1	Bigamia .....	449
I.1.1	Bigamia praticada por pessoa não casada .....	450
I.1.2	Exclusão do crime .....	450
I.2	Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento .....	450
I.2.1	Ação penal .....	451
I.3	Conhecimento prévio de impedimento .....	451
I.4	Simulação de autoridade para a celebração de casamento .....	451
I.5	Simulação de casamento .....	452

2	DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO .....	452
2.1	Registro de nascimento inexistente .....	452
2.2	Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido .....	453
2.2.1	Causa de diminuição de pena .....	454
2.2.2	Conflito aparente de normas .....	455
2.3	Sonegação do estado de filiação .....	455
3	DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR .....	456
3.1	Abandono material .....	456
3.1.1	Pagamento de pensão alimentícia .....	457
3.2	Entrega de filho menor a pessoa inidônea .....	458
3.2.1	Promessa ou entrega de filho ou pupilo .....	458
3.2.2	Figura qualificada .....	459
3.2.3	Participação no crime .....	459
3.3	Abandono intelectual .....	459
3.4	Abandono moral .....	460
4	DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER, TUTELA OU CURATELA .....	461
4.1	Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes .....	461
4.2	Subtração de incapazes .....	462
4.2.1	Perdão judicial .....	463
<b>IX — DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA .....</b>		<b>465</b>
I	DOS CRIMES DE PERIGO COMUM .....	465
I.1	Generalidades .....	465
I.2	Incêndio .....	465
I.2.1	Incêndio qualificado .....	466
I.2.2	Incêndio culposo .....	466
I.3	Explosão .....	466
I.3.1	Explosão privilegiada .....	467
I.3.2	Explosão qualificada .....	468
I.3.3	Explosão culposa .....	468
I.4	Uso de gás tóxico ou asfixiante .....	468
I.4.1	Modalidade culposa .....	469
I.5	Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante .....	469
I.6	Inundação .....	470
I.6.1	Inundação culposa .....	470
I.7	Perigo de inundação .....	471
I.8	Desabamento ou desmoronamento .....	471
I.8.1	Modalidade culposa .....	472

1.9	Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento .....	473
1.10	Formas qualificadas de crime de perigo comum .....	473
1.11	Difusão de doença ou praga .....	474
1.11.1	Modalidade culposa .....	475
2	DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS .....	475
2.1	Perigo de desastre ferroviário .....	475
2.1.1	Desastre ferroviário .....	476
2.1.2	Desastre culposo .....	476
2.1.3	Resultado morte ou lesão corporal .....	476
2.2	Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo .....	476
2.2.1	Sinistro em transporte marítimo, fluvial ou aéreo .....	477
2.2.2	Prática do crime com o fim de lucro .....	477
2.2.3	Modalidade culposa .....	477
2.2.4	Resultado morte ou lesão corporal .....	477
2.3	Atentado contra a segurança de outro meio de transporte .....	478
2.3.1	Figura típica qualificada .....	478
2.3.2	Modalidade culposa .....	478
2.3.3	Resultado morte ou lesão corporal .....	479
2.4	Arremesso de projétil .....	479
2.4.1	Resultado morte ou lesão corporal .....	480
2.5	Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública .....	480
2.5.1	Crime qualificado .....	480
2.6	Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública .....	480
2.6.1	Figura equiparada .....	481
2.6.2	Crime circunstanciado .....	481
3	DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA .....	481
3.1	Epidemia .....	481
3.1.1	Epidemia qualificada pelo resultado .....	482
3.1.2	Epidemia culposa .....	482
3.2	Infração de medida sanitária preventiva .....	482
3.3	Omissão de notificação de doença .....	483
3.4	Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal .....	484
3.4.1	Entrega a consumo ou depósito para distribuição .....	485
3.4.2	Envenenamento culposo .....	485
3.5	Corrupção ou poluição de água potável .....	485
3.5.1	Corrupção ou poluição culposa .....	486
3.6	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios .....	486
3.6.1	Fabricação, venda, exposição à venda, importação, depósito, distribuição ou entrega a consumo .....	487

3.6.2	Modalidade culposa .....	487
3.7	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais .....	487
3.7.1	Importação, venda, exposição à venda, depósito, distribuição e entrega do produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais .....	488
3.7.2	Modalidade culposa .....	489
3.8	Emprego de processo proibido ou de substância não permitida .....	489
3.9	Invólucro ou recipiente com falsa indicação .....	489
3.10	Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores .....	490
3.11	Substância destinada à falsificação .....	491
3.12	Outras substâncias nocivas à saúde .....	491
3.12.1	Modalidade culposa .....	492
3.13	Medicamento em desacordo com receita médica .....	492
3.13.1	Modalidade culposa .....	493
3.14	Exercício ilegal da Medicina, arte dentária ou farmacêutica .....	493
3.14.1	Forma qualificada .....	494
3.15	Charlatanismo .....	495
3.16	Curandeirismo .....	496
3.16.1	Curandeirismo e liberdade de crença e religião (art. 5.º, VI, da CF) ..	497
3.16.2	Formas qualificadas pelo resultado .....	498
3.17	Formas qualificadas pelo resultado .....	498
<b>X</b>	<b>DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA .....</b>	<b>499</b>
1	INCITAÇÃO AO CRIME .....	499
2	APOLOGIA DE CRIME OU CRIMINOSO .....	499
3	ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA .....	500
3.1	Associação criminosa armada .....	501
3.2	Crime hediondo .....	501
3.3	Delação premiada .....	501
4	CONSTITUIÇÃO DE MILÍCIA PRIVADA .....	502
<b>XI</b>	<b>DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA .....</b>	<b>503</b>
1	DA MOEDA FALSA .....	503
1.1	Moeda falsa .....	503
1.1.1	Circulação de moeda falsa .....	505
1.1.2	Figura típica privilegiada .....	505
1.1.3	Fabricação ou emissão irregular de moeda .....	505
1.1.4	Desvio e circulação antecipada .....	505



1.2	Crimes assimilados ao de moeda falsa .....	505
1.2.1	Figura típica qualificada .....	506
1.3	Petrechos para falsificação de moeda .....	506
1.4	Emissão de título ao portador sem permissão legal .....	507
1.4.1	Recebimento ou utilização de títulos como dinheiro .....	507
2	DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS .....	507
2.1	Falsificação de papéis públicos .....	507
2.1.1	Uso de papéis falsificados .....	509
2.1.2	Supressão de carimbo ou sinal indicativo de inutilização .....	510
2.1.3	Utilização de papéis em que foi suprimido carimbo ou sinal .....	510
2.1.4	Circulação de papéis recebidos de boa-fé .....	510
2.2	Petrechos de falsificação .....	510
3	DA FALSIDADE DOCUMENTAL .....	511
3.1	Falsificação de selo ou sinal público .....	511
3.1.1	Uso de selo ou sinal falsificado .....	512
3.1.2	Uso indevido de selo ou sinal verdadeiro .....	512
3.1.3	Alteração, falsificação e uso indevido de marcas, logotipos, siglas e outros símbolos .....	512
3.2	Falsificação de documento público .....	512
3.2.1	Documento público por equiparação .....	515
3.2.2	Falsidade em documentos e papéis relacionados com a Previdência Social .....	516
3.2.3	Omissão de dados em documentos relacionados à Previdência Social .....	516
3.2.4	Ausência de registro do empregado na Carteira de Trabalho .....	516
3.2.4.1	Competência da Justiça Federal ou da Justiça Estadual ...	517
3.3	Falsificação de documento particular .....	518
3.3.1	Documento particular por equiparação .....	520
3.4	Falsidade ideológica .....	521
3.4.1	Abuso de papel em branco assinado .....	522
3.4.2	Falsificação ou alteração de assentamento de registro civil .....	523
3.4.2.1	Conflito aparente de normas .....	523
3.5	Falso reconhecimento de firma ou letra .....	524
3.6	Certidão ou atestado ideologicamente falso .....	525
3.6.1	Falsidade material de atestado ou certidão .....	526
3.6.2	Forma qualificada .....	526
3.7	Falsidade de atestado médico .....	526
3.7.1	Forma qualificada .....	527
3.8	Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica .....	527
3.8.1	Uso de selo ou peça filatélica .....	527
3.9	Uso de documento falso .....	528
3.10	Supressão de documento .....	530

4	DE OUTRAS FALSIDADES .....	531
4.1	Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins .....	531
4.2	Falsa identidade .....	532
4.3	Uso de documento de identidade alheia .....	533
4.4	Fraude de lei sobre estrangeiros .....	534
4.4.1	Atribuição de falsa qualidade a estrangeiro .....	534
4.5	Falsidade em prejuízo da nacionalização de sociedade .....	535
4.6	Adulteração de sinal identificador de veículo automotor .....	535
4.6.1	Causa de aumento de pena .....	537
4.6.2	Contribuição para o licenciamento ou registro .....	537
5	DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO .....	537
5.1	Fraudes em certames de interesse público .....	537
5.1.1	Figura equiparada .....	538
5.1.2	Dano à Administração Pública .....	538
5.1.3	Causa de aumento de pena .....	538
<b>XII</b>	<b>— DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....</b>	<b>539</b>
<b>I</b>	<b>DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL .....</b>	<b>539</b>
I.1	Conceito de funcionário público .....	539
I.1.1	Funcionário público por equiparação .....	541
I.1.2	Casos de aumento de pena .....	542
I.1.3	Funcionário público como sujeito passivo de crimes praticados por particular contra a Administração em geral .....	542
I.2	Peculato .....	543
I.2.1	Peculato-furto .....	545
I.2.2	Peculato culposo .....	547
I.2.3	Reparação do dano no peculato culposo .....	547
I.3	Peculato mediante erro de outrem .....	547
I.4	Inserção de dados falsos em sistema de informações .....	548
I.5	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações .....	549
I.6	Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento .....	549
I.7	Emprego irregular de verbas ou rendas públicas .....	550
I.8	Concussão .....	551
I.8.1	Excesso de exação .....	553
I.8.2	Excesso de exação qualificado .....	554
I.9	Corrupção passiva .....	554
I.9.1	Corrupção passiva circunstanciada .....	556
I.9.2	Corrupção passiva privilegiada .....	556

I.10	Facilitação de contrabando ou descaminho .....	556
I.11	Prevaricação .....	557
I.12	Omissão no dever de vedar acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar ..	558
I.13	Condescendência criminosa .....	559
I.14	Advocacia administrativa .....	560
I.15	Violência arbitrária .....	562
I.16	Abandono de função .....	563
I.16.1	Abandono de função qualificado .....	564
I.17	Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado .....	564
I.18	Violação de sigilo funcional .....	565
I.18.1	Figuras assemelhadas .....	566
I.18.2	Figuras qualificadas .....	566
I.19	Violação de sigilo de proposta de concorrência .....	566
2	DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINIS- TRAÇÃO EM GERAL .....	567
2.1	Usurpação de função pública .....	567
2.1.1	Usurpação de função pública qualificada .....	568
2.2	Resistência .....	568
2.2.1	Resistência qualificada pelo resultado .....	570
2.2.2	Concurso .....	570
2.3	Desobediência .....	570
2.4	Desacato .....	572
2.5	Tráfico de influência .....	575
2.5.1	Causa de aumento de pena .....	576
2.6	Corrupção ativa .....	576
2.6.1	Corrupção ativa circunstanciada .....	578
2.7	Descaminho .....	578
2.7.1	Descaminho por assimilação .....	579
2.7.2	Descaminho qualificado .....	580
2.8	Contrabando .....	581
2.8.1	Contrabando por assimilação .....	581
2.8.2	Contrabando qualificado .....	582
2.9	Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência .....	582
2.10	Inutilização de edital ou de sinal .....	582
2.11	Subtração ou inutilização de livro ou documento .....	582
2.12	Sonegação de contribuição previdenciária .....	583
2.12.1	Extinção da punibilidade .....	584
2.12.2	Perdão judicial ou aplicação exclusiva de multa .....	584
2.12.3	Sonegação de contribuição previdenciária privilegiada .....	585
2.12.4	Pagamento integral e parcelamento do débito .....	585

3	DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA .....	587
3.1	Noções gerais .....	587
3.2	Corrupção ativa em transação comercial internacional .....	587
3.2.1	Causa de aumento de pena .....	588
3.3	Tráfico de influência em transação comercial internacional .....	589
3.3.1	Causa de aumento de pena .....	589
3.4	Funcionário público estrangeiro .....	590
3.4.1	Funcionário público estrangeiro por equiparação .....	590
4	DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA .....	590
4.1	Reingresso de estrangeiro expulso .....	590
4.2	Denúnciação caluniosa .....	591
4.2.1	Denúnciação caluniosa circunstanciada .....	593
4.2.2	Denúnciação caluniosa privilegiada .....	593
4.2.3	Denúnciação caluniosa com finalidade eleitoral .....	593
4.3	Comunicação falsa de crime ou contravenção .....	594
4.4	Autoacusação falsa .....	595
4.5	Falso testemunho ou falsa perícia .....	596
4.5.1	Causa de aumento de pena .....	598
4.5.2	Retratação .....	598
4.6	Corrupção ativa de testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete .....	598
4.6.1	Causa de aumento de pena .....	599
4.7	Coação no curso do processo .....	599
4.8	Exercício arbitrário das próprias razões .....	600
4.9	Subtração, supressão, destruição ou dano de coisa própria em poder de terceiro .....	602
4.10	Fraude processual .....	602
4.10.1	Fraude em processo penal .....	603
4.10.2	Fraude processual na Lei de Abuso de Autoridade .....	603
4.11	Favorecimento pessoal .....	604
4.11.1	Favorecimento pessoal privilegiado .....	605
4.11.2	Escusa absolutória .....	605
4.12	Favorecimento real .....	605
4.13	Ingresso de aparelho de comunicação em estabelecimento prisional .....	607
4.14	Exercício arbitrário ou abuso de poder .....	607
4.15	Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança .....	608
4.15.1	Figuras típicas qualificadas .....	608
4.15.2	Concurso material .....	609
4.15.3	Promoção ou facilitação culposa .....	609
4.16	Evasão mediante violência contra a pessoa .....	609
4.17	Arrebatamento de preso .....	610
4.18	Motim de presos .....	611

4.19	Patrocínio infiel . . . . .	612
4.19.I	Patrocínio simultâneo ou tergiversação. . . . .	613
4.20	Sonegação de papel ou objeto de valor probatório . . . . .	614
4.21	Exploração de prestígio. . . . .	615
4.21.I	Exploração de prestígio circunstanciada . . . . .	616
4.22	Violência ou fraude em arrematação judicial . . . . .	617
4.23	Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito . . . . .	617
5	DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS. . . . .	618
5.1	Generalidades. . . . .	618
5.2	Contratação de operação de crédito . . . . .	619
5.2.I	Operação de crédito irregular. . . . .	620
5.3	Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar . . . . .	620
5.4	Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura . . . . .	621
5.5	Ordenação de despesa não autorizada . . . . .	622
5.6	Prestação de garantia graciosa. . . . .	622
5.7	Não cancelamento de restos a pagar. . . . .	623
5.8	Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura . . . . .	624
5.9	Oferta pública ou colocação de títulos no mercado. . . . .	624
	<i>ANEXO — RESUMO DA MATÉRIA . . . . .</i>	<i>627</i>
	<i>BIBLIOGRAFIA . . . . .</i>	<i>775</i>